



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

122
122

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4 e AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4

Agravante: Maria Nair Araújo

Agravada: Arlete da Paz Viana Silva

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINARES DE INTEMPESTIVIDADE E DE PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO REJEITADAS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NÃO CONCEDIDA NA SENTENÇA. APELAÇÃO. DUPLO EFEITO.

1. Havendo pedido de reconsideração, se o Juiz *a quo*, ainda dentro do prazo recursal, suspende parcialmente os efeitos da decisão reconsideranda, o termo inicial para interposição de eventual recurso se dará com a intimação do pronunciamento judicial posterior que afasta a referida suspensão antes concedida;
2. Ainda que haja uma alteração fática da posse do imóvel litigioso, não há perda superveniente de objeto se o recurso foi Interposto tempestivamente e antes do cumprimento provisório da sentença;
3. Não basta fazer constar uma determinação de expedição de mandado reintegratório para que se tenha configurada a antecipação de tutela no corpo de uma sentença anulatória, mormente quando o Juiz sentenciante assim não a denomina, nem, muito menos, produz fundamentação específica nesse sentido.
4. Agravo de instrumento a que se dá provimento.
5. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, À UNANIMIDADE, em REJEITAR a PRELIMINAR de intempestividade, em REJEITAR a PRELIMINAR de perda de objeto, ambas suscitadas pela parte autora, ora agravada, e, no mérito, também À UNANIMIDADE, em DAR PROVIMENTO ao Agravo de Instrumento nº 332160-4 para atribuir efeito suspensivo à apelação interposta pela ré, ora agravante, julgando, ainda, PREJUDICADO o agravo regimental no agravo de instrumento nº 332160-4, na conformidade do incluso voto e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

123

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4 e AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4

Agravante: Maria Nair Araújo

Agravada: Arlete da Paz Viana Silva

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento tirado contra decisão do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe, que, nos autos da *Querela Nullitatis* nº 0002492-67.2011.8.17.1250, recebeu o recurso de apelação interposto pela ré, ora agravante, apenas no efeito devolutivo.

A sentença de procedência da ação principal anulou outra sentença, proferida em processo diverso, que tinha reintegrado a ora agravante na posse do imóvel objeto da lide. O fundamento utilizado na sentença anulatória foi a ausência de citação da ora agravada numa ação de reintegração em que seu cônjuge foi o único réu.

Assim, busca a agravante (ré na ação anulatória) obter a concessão do efeito suspensivo ao seu recurso de apelação para o fim de evitar que seja desapossada do imóvel no qual fora reintegrada em decorrência da ação possessória anterior.

Para tanto, a agravante alega inobservância da regra geral contida no *caput* do art. 520 do CPC, defendendo a tese de que a sentença anulatória só deve ser cumprida após o seu respectivo trânsito em julgado.

Requer o provimento do recurso para sua apelação ser recebida no duplo efeito.

Às fls. 40/41, deferi liminar atribuindo efeito suspensivo ao agravo para impedir que a agravante fosse desapossada do imóvel até posterior deliberação.

Nas contrarrazões de fls. 50/56, a agravada (autora da *querela nullitatis*) suscita preliminar de intempestividade e, também, de perda de objeto do presente recurso uma vez que a sentença anulatória já teria sido cumprida com o seu efetivo ingresso na posse do imóvel litigioso, não havendo mais, no seu sentir, nenhuma utilidade na concessão de efeito suspensivo à apelação.

Por fim, sustentando, no mérito, que a determinação de expedição de mandado de reintegração, contida na sentença anulatória, teve natureza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

123 dias
124

de antecipação de tutela, a autora, ora agravada, requer a negativa de provimento deste agravo de instrumento.

Às fls. 79/80, o douto Juiz *a quo* informou que, antes da liminar ser concedida por esta relatoria, a decisão agravada já tinha sido cumprida com a reintegração da ora agravada (autora da ação anulatória) na posse do imóvel objeto da lide.

Provocado pela parte agravante, determinei o imediato cumprimento da liminar anteriormente deferida para o fim de reverter a posse para a agravante, uma vez que a essência do comando contido naquela decisão era conferir efeito suspensivo à apelação, impedindo o cumprimento provisório da sentença anulatória de 1º grau, em conformidade com o art. 520 do CPC.

Contra essa decisão, a parte agravada interpôs agravo regimental (cf. fls. 98/102), o qual, ao lado do agravo de instrumento, também é objeto do presente julgamento.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



125

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4 e AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4

Agravante: Maria Nair Araújo

Agravada: Arlete da Paz Viana Silva

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

VOTO PRELIMINAR DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO POR SUPOSTA
INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O Exmo. Sr. Des. José Fernandes de Lemos (relator):

De logo, tenho que esta preliminar deve ser rejeitada, pois, apesar de ter sido interposto contra decisão denegatória de pedido de reconsideração, o presente recurso se apresenta tempestivo, uma vez que, conforme se observa das fls. 28 e 32, a partir do pedido de reconsideração, o douto Juiz *a quo*, ainda dentro do prazo para interposição do agravo de instrumento, reconsiderou parcialmente sua decisão inicial e suspendeu o imediato cumprimento da sentença, gerando uma legítima expectativa à parte ré, ora agravante, de não ter contra si a expedição de um mandado reintegratório, ao menos, até novo pronunciamento judicial.

Assim, tendo o Juiz de 1º grau, posteriormente, em novo pronunciamento, afastado a suspensão antes conferida e decidido pela continuação do cumprimento da sentença com a efetiva expedição do mandado (cf. fl. 12), apenas a partir da intimação dessa última decisão, em 14/03/2014 (fl. 13), é que se iniciou o prazo recursal, sendo certo que a interposição tempestiva deste agravo se deu em 24/03/2014 (fl. 02-v).

Assim, voto no sentido de rejeitar a preliminar de intempestividade.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

126

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4 e AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4

Agravante: Maria Nair Araújo

Agravada: Arlete da Paz Viana Silva

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

VOTO PRELIMINAR DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO POR SUPOSTA PERDA
SUPERVENIENTE DE OBJETO DO RECURSO:

O Exmo. Sr. Des. José Fernandes de Lemos (relator):

Em razão deste agravo de instrumento objetivar impedir o cumprimento imediato da sentença anulatória com a concessão do efeito suspensivo à apelação interposta pela ora agravante (ré da *querela nullitatis*), a parte ora agravada (autora da *querela nullitatis*) suscita a perda de objeto do presente recurso em decorrência de, nesse ínterim, a sentença anulatória ter sido cumprida e ela (agravada), juntamente com sua família, ter retornado à posse do imóvel litigioso.

Porém, entendo que, independente da momentânea alteração fática referente à posse do imóvel em litígio, sendo o presente recurso tempestivo e anterior ao cumprimento provisório da sentença, não seria razoável considerar a perda superveniente de seu objeto, uma vez que o interesse da ora agravante, de não se ver desapossada do imóvel, ainda persiste.

Bem por isso, monocraticamente, após suspender a decisão agravada, informado do cumprimento provisório da sentença levado a cabo pelo Juiz de 1º grau, determinei que fosse observada a decisão interlocutória desta relatoria, se não mais para a manutenção da ora agravante na posse do imóvel, agora, necessariamente, para sua efetiva reintegração, tendo em vista que a essência do comando contido naquela decisão era conferir efeito suspensivo à apelação, impedindo o cumprimento provisório da sentença anulatória de 1º grau, em conformidade com o art. 520 do CPC.

Assim, voto no sentido de rejeitar a preliminar de negativa de seguimento do presente recurso por não reconhecer a suposta perda superveniente de seu objeto.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

126
disp.
127

5ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4 e AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 332160-4

Agravante: Maria Nair Araújo

Agravada: Arlete da Paz Viana Silva

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

VOTO DE MÉRITO:

O Exmo. Sr. Des. José Fernandes de Lemos (relator):

No que diz respeito ao mérito propriamente dito, o ponto central para a solução da controvérsia está em saber se o comando constante da sentença de procedência da *querella nullitatis*, que determinou a expedição de mandado reintegratório em favor da autora, ora agravada (cf. fl. 26), tem natureza de antecipação de tutela a autorizar o recebimento da apelação apenas no efeito devolutivo.

Como cediço, o *caput* do art. 520 do CPC prevê, como regra geral, o recebimento da apelação no duplo efeito: devolutivo e suspensivo. Apesar do inciso VII do referido dispositivo autorizar o recebimento da apelação apenas no efeito devolutivo quando a sentença confirmar eventual antecipação da tutela, o melhor entendimento vem no sentido de que o mesmo raciocínio deve ser aplicado, não só à confirmação, mas, também, à efetiva concessão da antecipação da tutela na própria sentença (STJ - AgRg no AREsp: 326036/SP).

Forte nisso, a autora, ora agravada, alega que a determinação sentencial de expedição do mandado reintegratório em seu favor teve caráter de antecipação de tutela, o que, como dito, autorizaria o recebimento da apelação da ré, ora agravante, apenas no efeito devolutivo, possibilitando o cumprimento provisório da sentença.

No entanto, continuo com o entendimento de que não restou configurada nenhuma hipótese excepcional de recebimento da apelação somente no efeito devolutivo, devendo, assim, ao menos no âmbito deste Tribunal de Justiça, ser atribuído, também, o devido efeito suspensivo à apelação da ré, ora agravante.

Como pode ser observado da fl. 26 dos presentes autos, a determinação sentencial de expedição do mandado de reintegração não possuiu caráter de antecipação de tutela, seja porque assim não fora nomeado pelo Juiz sentenciante, seja porque não veio acompanhado de nenhuma fundamentação específica nesse sentido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

128

Tanto não constituiu uma antecipação de tutela deferida na sentença que o douto Juízo *a quo* precisou se utilizar de outro comando judicial para dar efetividade à expedição do referido mandado, conforme se verifica das cópias das decisões de fls. 28 e 33 dos presentes autos.

Cumprе ressaltar, ainda, que não basta fazer constar da sentença a determinação de expedição de mandado reintegratório para que se tenha uma antecipação de tutela. A expedição do referido mandado seria a consequência natural de eficácia da sentença após o respectivo trânsito em julgado, ficando tal eficácia suspensa com a interposição de eventual apelação, à luz do *caput* do art. 520 do CPC.

Do exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao presente agravo de instrumento para atribuir efeito suspensivo à apelação interposta pela ré, ora agravante, de modo a impedir o imediato cumprimento da sentença anulatória lançada nos autos do processo nº 0002492-67.2011.8.17.1250, permanecendo ou retornando a agravante à posse do imóvel, objeto da lide, até o trânsito em julgado da ação principal.

Consequentemente, tenho por prejudicado o agravo regimental tirado contra decisão interlocutória, baseada em mera cognição sumária, proferida neste agravo de instrumento.

Publique-se. Intime-se.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator